



## **SEMINÁRIO** ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E **ESGOTAMENTO** SANITÁRIO



## A POLÍTICA ESTADUAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ (REVISÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 162/2016)

Conferência de
Dublin/1992 - Princípio

n° 1 - A <u>água doce</u> é

um recurso finito e
vulnerável, <u>essencial</u>
para sustentar a vida,
desenvolvimento e o
meio ambiente





Conferência de 1992 (Eco92) –
Agenda 21 – Cap. 18 – <u>"água</u>
como direito que deve ser
assegurado ao homem"

Res. ONU 54/175, 1999 – Art. 12 – ""os direitos à alimentação <u>e à água</u> <u>limpa são direitos fundamentais</u> e a sua promoção constitui um imperativo moral tanto para os governos nacionais como para a comunidade internacional

Res. ONU 64/262/2010 – "<u>o direito à</u> <u>água potável e limpa e ao saneamento</u> como um direito humano essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos".

Res. ONU 70/I 2015 – ODS – 'água potável e saneamento"

Declaração Política, da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Johanesburgo, 2002 Comentário Geral nº 15 do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. incluindo definitivamente o direito à água nos Direitos humanos.



- Lei Complementar Estadual N°162/2016
- Estrutura da Lei:
  - Conceitos (§2º e seguintes, art. 1º);
  - Objetivos (Art. 2º universalização);
  - Diretrizes (Art. 3° e seguintes, considerando tecnologia, ampliação, articulação e monitoramento);
  - Instrumentos (art. 4º e seguintes diretrizes ao apoio financeiro);
  - Sistema Estadual de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário (art. 5° e seguintes)
  - Coordenação da Política Estadual (Art. 6° e seguintes Sec. Cidades)







- Lei Complementar Estadual N°162/2016
- Coordenação da Política Estadual Sec. Cidades (Art. 6° e seguintes), Instrumentos (Art. 7° e seguintes). Etapas;
   Planejamento (Art. 8° e seguintes);
- Prestação de Serviços CAGECE e Entidades Municipais (Arts.9°/13);
- Regulação ARCE e Agências Municipais (Arts. 14/19),
- Controle Social (Arts. 20/22);
- Criação do Fundo Estadual de Saneamento Básico FESB e Conselho Gestor do FESB (Arts. 23/25);
- Sistema Estadual de Informações em Saneamento (Arts.
   26 e seguintes)
- Política Estadual de Saneamento Rural (arts. 27/31)

- Lei Federal N° 14.026/2020 Marco Legal do Saneamento
- Decreto Estadual N° 33.784, de 26 de outubro de 2020 (Estudos para alterar a Lei Complementar 162/2016 e a Lei Estadual N° 16.032/2016 (Resíduos Sólidos)
- Lei Complementar N° 247 de 18 de junho de 2021 (Microrregiões de Saneamento Básico)

## DESAFIOS para a Revisão Legislativa

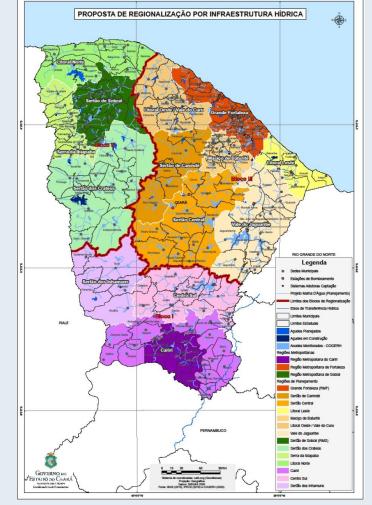




https://www.google.com/search?q =MAPA+MICRORREGI%C3%95ES+DE+SANEAMENTO+DO+CEAR%C3%81&tbm=isch&chips=q:mapa+microrregi%C3%B5es+de+saneamento+do+cear%C3%A1,online\_chips:cidades:7FDirjGpfjl%3D&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjfq6-QhvPxAhVZrZUCHYSAAUAQ4IYoAHoECAEQEg&biw=1519&bih=722











**Aspectos** formais



Compatibilização do texto com outras leis estaduais e federais

QUAIS os DESAFIOS para a Revisão Legislativa?



Aspectos
Materiais –
(abordagem
jurídica e os
fatos)



Diagnóstico e
Análise da
realidade; Sistema
de Informações;
Perspectivas
tecnológicas;







## OBRIGADA!!! ATÉ BREVE!

sheilapitombeira@gmail.com